

Triângulo Mineiro: região e regionalismo*

*Júlio Cesar de Lima Ramirez***

*Beatriz Ribeiro Soares****

*Cláudio Vanderli de Souza*****

Resumo

Este artigo procura analisar o processo de estruturação da região conhecida como Triângulo Mineiro, destacando as tentativas de emancipação engendradas pelas elites regionais.

Desde a década de 1960, o Triângulo Mineiro vem passando por profundas transformações na sua estrutura econômica, fruto da acentuação de sua inserção na dinâmica econômica nacional.

Os movimentos emancipacionistas idealizados pelas elites regionais são registrados desde o século passado, e os intuítos de separação/emancipação sempre serviram como forma de captar benefícios através de pressão sobre o estado.

Nos anos de 1990, as elites passaram a instrumentalizar a realização de grandes projetos para a região, colocando os movimentos emancipacionistas fora de foco. Assim sendo, estão sendo gerados projetos vinculados a pólos de alta tecnologia e de turismo, atividades modernas que procuram garantir um papel de destaque da região no contexto nacional, perpetuando o controle das elites conservadoras nesse processo.

Palavra-chave: Região, Regionalismo, Triângulo Mineiro

Introdução

Este artigo sintetiza algumas reflexões sobre o Triângulo Mineiro, a partir de experiências dos autores como professores de Geografia de uma Universidade que possui uma posição de destaque na referida região. Desta forma, apreendi o significado das transformações que se processaram rapidamente ao longo do tempo tornou-se uma tarefa fundamental, para poder compreendermos os diferentes processos que se desenvolvem no contexto atual.

Através de um levantamento em periódicos de circulação nacional, constatou-se a inexistência de

Abstract

This paper intends to analyse the structuration of the Triângulo Mineiro region. The emancipation process will be detached.

Since the 60's the Triângulo Mineiro had been changed its territorial structure due the nacional transformation.

The emancipation movements idealized by regional elites are noted since last century. The intentions of disaggregation/emancipation always serve to captivate benefits, when State reduced financial recourses.

On the 90's the elites are inventing news projects for this region, as high tech program and tourism pole. These are modern activities that keep the Triângulo Mineiro as a important region on the nacional territory, and controlled by these elites.

Key words: Region Regionalism

estudos sobre essa região que, ao longo do tempo, vem passando por profundas alterações na sua estrutura territorial. Desta forma, esperamos contribuir para uma melhor compreensão e divulgação de alguns processos socioeconômicos e políticos relevantes, que colocam essa região numa posição de destaque no contexto nacional.

A região do Triângulo Mineiro possui uma formação histórica específica, na qual sua sociedade, com determinado modo de produzir e com uma intensa representatividade política, sem se contrapor ao processo de desenvolvimento do País, criou e preservou uma identidade social e econômica, que se

* Recebido para publicação em 17 de outubro de 1996

** Doutor em Geografia Humana da USP, professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia

*** Doutoranda em Geografia da USP e professora adjunta 4 da Universidade Federal de Uberlândia

**** Doutor em Geografia Humana pela USP e professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia

encontra materializada em diversas partes de seu território, reforçada por uma intensa prática regionalista.

Esse regionalismo expressa as relações políticas de grupos que se unem em defesa de interesses político, econômico e social específicos, que não raro resultaram em movimentos reivindicatórios vinculados à sua identidade territorial

A reivindicação da criação do Estado do Triângulo é o exemplo mais significativo desses movimentos de caráter regionalista aqui existentes. Os movimentos separatistas e/ou emancipacionistas do Triângulo Mineiro existem desde meados do Século XIX, e sua história confunde-se com a própria expansão da região, e seus desdobramentos, muitas vezes, influenciaram na sua configuração territorial

Esses movimentos, pensados por políticos e elites regionais e difundidos pela imprensa, surgem pendularmente, seja pela ausência de laços econômicos, sociais e culturais com Minas Gerais; por projetos nacionais de subdivisão territorial do País; por reivindicações de base econômico-financeira; por auto-sustentação da região; ou ainda por divergências políticas entre as lideranças de suas principais cidades

Castro (1994) lembra-nos que, apesar de o tema do regionalismo ser extremamente relevante, ele ainda é pouco estudado pela comunidade acadêmica do País, em função da herança de um imaginário da unidade e da identidade nacionais, sendo as análises produzidas, até então, centradas no Nordeste e Rio Grande do Sul.

Analisar criticamente os movimentos regionalistas do Triângulo Mineiro é o objetivo central desse artigo, realizando um percurso no qual a reconstituição da formação histórica regional é condição *sine qua non* para o entendimento desse processo

A região denominada Triângulo Mineiro¹ está localizada na parte ocidental do Estado de Minas Gerais, em uma área de aproximadamente 93 500 km², habitada por uma população de 1 562 602 pessoas, segundo o Censo Demográfico 1991, realizado pelo IBGE. Grosso modo, esta região se limita, a leste, pela Serra da Canastra e Maracá; a

oeste, pela confluência dos rios Paranaíba e Grande; ao sul, por São Paulo; e, ao norte, por Goiás, conforme pode ser observado na Figura 1

Sua regionalização, segundo definição do IBGE, foi elaborada para fins de planejamento estadual, sendo que os parâmetros para sua divisão obedeceram, principalmente, aos fatores hidrográficos e orográficos. De acordo com esses critérios, ela constitui a IV macrorregião homogênea do estado, sendo composta por cinco microrregiões: Uberlândia (170), Alto Paranaíba (171), Pontal do Triângulo Mineiro (177), Uberaba (178) e Planalto do Araxá (179), conforme a Figura 1.

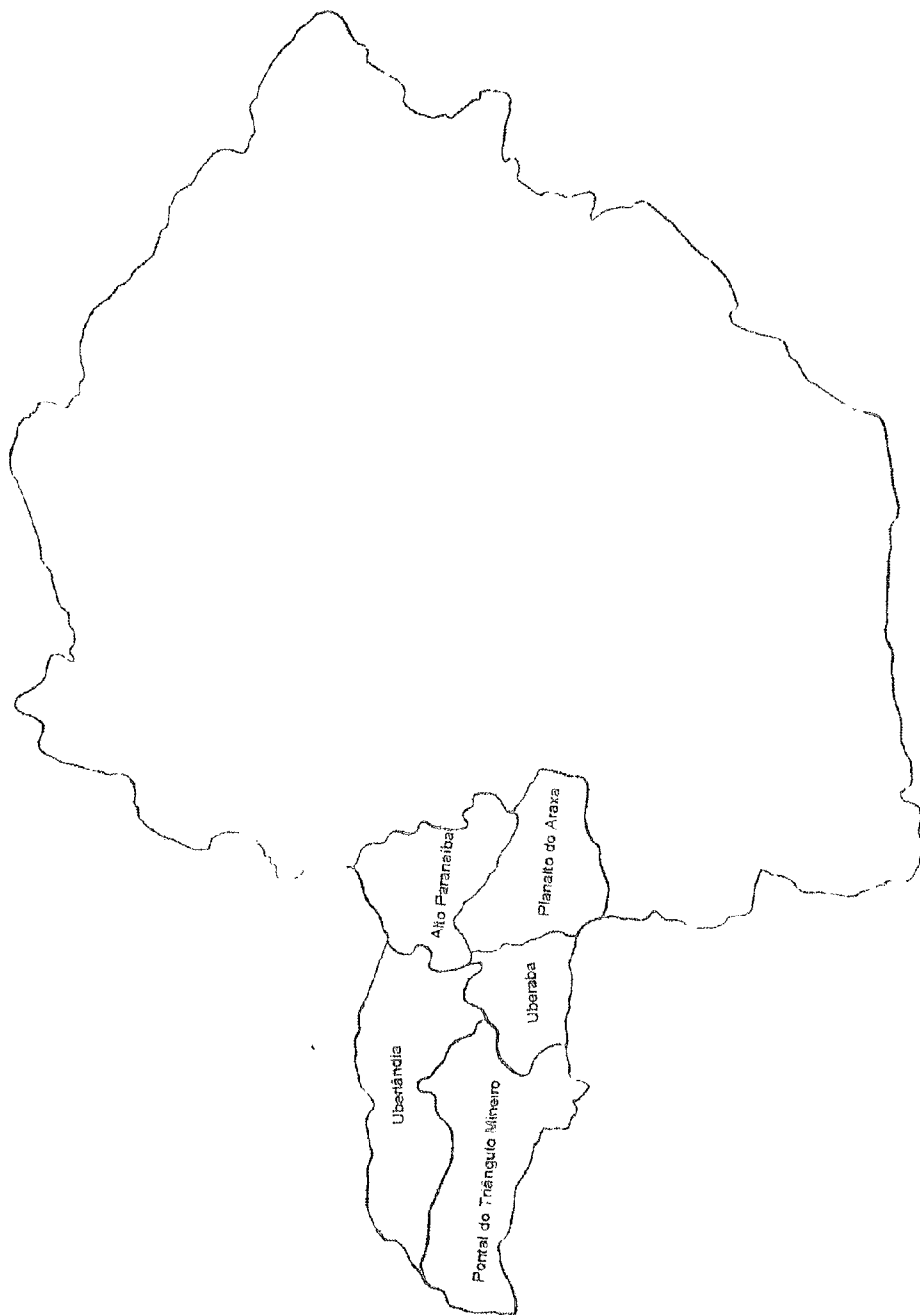
A área abrangida por esta macrorregião é composta por 51 municípios, sendo os mais importantes Uberlândia, Uberaba, Araguari, Ituiutaba, Patrocínio, Araxá, Frutal e Iturama.

Situando a questão regional

A renovação do pensamento geográfico, levada a cabo na década de 1970, produziu uma rediscussão do conceito de região, fundamentado no materialismo histórico e dialético, como também nas Geografias Humanista e Cultural. Corrêa (1994) sintetiza três conjuntos de formulações sobre região até então desenvolvidos. O primeiro deles concebe a região como uma resposta aos processos capitalistas, sendo a região entendida como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. Trata-se da regionalização que incorpora elementos do materialismo histórico e dialético, tais como: a divisão social do trabalho, o processo de acumulação capitalista, a reprodução da força de trabalho e os processos políticos e ideológicos. O segundo considera a região como foco de identificação, uma “apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo” e, assim, um elemento constituinte de sua identidade. A região como um meio para interações sociais é o terceiro modo de sua conceitualização pós-1970. Trata-se de uma visão política da região com base na idéia de que a dominação e o poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas

¹ A macrorregião IV, denominada Triângulo e Alto Paranaíba, será designada no trabalho de Triângulo Mineiro

Figura 1 - Minas Gerais: Macrorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - 1996



Fonte: Fundação Tecnológica de Minas Gerais, Instituto de Geociências Aplicada.

Essas idéias sintetizam uma discussão extremamente complexa, a definição de região que, segundo Corrêa (1994), sempre foi marcada pela pluralidade conceitual e que não pode ser eliminada no contexto atual da globalização

Analisando as formulações teóricas e práticas sobre a regionalização no Brasil, Souza (1993) afirma que o conceito de região foi banalizado ao longo do tempo, verificando-se atualmente uma valorização do lugar (ponto) em detrimento da região (plano), indicando a possibilidade de falência dessa categoria de análise do espaço, tradicionalmente utilizada nos estudos geográficos, ou seja, uma *explosão* da região e do território e um resgate do *lugar*.

Costa (1994, p. 211) defende a idéia de que o conceito de região deve ser renovado, incorporando as noções de rede e território entendidos como expressão de um mesmo processo. Assim, segundo ele,

“a região só pode ser um conceito útil e consistente se associado a processos sociais de (re)territorialização específicos, especialmente a dinâmica de formação de regionalismos (políticos) e identidades regionais; esses processos encontram-se intimamente vinculados à desterritorialização das redes técnico-econômicas, à qual acrescentam uma dimensão identitária não instrumental.”

Castro (1994, p. 160), também investigando a questão da região em Geografia, mostra que, na atualidade:

“.. à noção de planeta, enquanto morada da humanidade, fortalece-se a noção de território, enquanto morada de uma sociedade particular. Parece que o conceito de território ampliou-se, incorporando a perspectiva do recorte também sócio/cultural, para substituir o conceito de região, cada vez mais incômodo e polissêmico”

A autora diz ainda que, nos últimos tempos, as relações supranacionais da globalização para os processos de integração e cooperação econômico/político cada vez mais defrontam-se com os poderes organizados e sustentados em nível regional. Ao mesmo tempo, constata-se a intensificação das práticas de regionalismo, expressas pelas políticas de alguns grupos que se organizam em defesa de interesses específicos, vinculados à sua identidade territorial.

“A base territorial para a expressão do regionalismo é, necessariamente, a região. Essa se define a partir da relação do homem com seu meio e com seus símbolos. A elite se apropria desses símbolos, reelaborando-os ideologicamente na identidade regional, conferindo visibilidades e valor simbólico aos traços singulares da sociedade local [...] O território passa a ser tratado como sujeito do processo histórico, substituindo e reduzindo a visibilidade das relações sociais, que se diluem nos problemas territoriais” (CASTRO, 1994, p. 165)

A incorporação do regionalismo nos estudos regionais parece ser um caminho enriquecedor, para que sejam superadas algumas limitações metodológicas ainda existentes no tratamento dessa questão no âmbito da Geografia

Regionalismo, elites e movimentos emancipacionistas

Na visão de Castro (1986, p. 39), o regionalismo é um conceito eminentemente político e deve ser entendido como a mobilização de grupos políticos em uma base territorial própria, defendendo interesses específicos que se confrontam com outras regiões ou com o Estado.

“o regionalismo constitui a expressão das relações políticas entre as regiões ou destas com o poder central, sempre que nessas relações haja opressão política, econômica ou cultural. Assim, a intervenção e a manipulação políticas, e a base territorial compõem as duas dimensões fundamentais do regionalismo”.

A referida autora afirma que os movimentos regionalistas podem ser revolucionários, reformistas ou conservadores, dependendo do grupo particular que os conduza, sendo um processo bastante complexo por envolver tanto as forças sociais internas da região, como as suas vinculações com o poder central. Desta forma o regionalismo

“supõe identificação e coesão internas e competição externa para defesa de padrões, preservação ou obtenção de condições mais vantajosas. Assim, o caráter regionalista é simultaneamente intrínseco e relativo” (CASTRO, 1986, p. 40)

Costa (1988, p. 26) afirma que o regionalismo

“seria um processo de criação e sustentação de determinados significados sociais, relacionados sempre a um dado território, através dos quais uma fração de classe, hegemônica ou portadora de alguma bandeira autonomista, procura fazer valer seus interesses - de natureza político-econômica e/ou de identidade cultural (que também não pode ser separada de uma fundamentação) -, frente aos interesses da classe dominante em nível do Estado-Nação”

Para Brito (1986, p. 44), o regionalismo é “antes de tudo um sentimento, um estado de espírito nascido da combinação de forças físicas e humanas, que dão a uma comunidade, num certo quadro territorial, como que uma individualidade psicológica em relação aos seus vizinhos”

Outro aspecto destacado por Castro (1992) refere-se à constatação de que, com o desenvolvimento capitalista, o aprofundamento das desigualdades regionais é inevitável, levando automaticamente a um acirramento das pressões engendradas pelas elites regionais pelas benesses do desenvolvimento junto ao poder central

Apesar das críticas ao conceito de *elite* desenvolvido no âmbito da Ciência Política e Sociologia, o mesmo apresenta-se como um instrumento válido no trato das questões, envolvendo as relações entre espaço e sociedade, em especial o regionalismo

“A teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, e pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um círculo restrito de pessoas. O poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha que recorrer à força, em última instância” (BOBBIO, 1991, p. 386)

Daniel (1988, p. 30), estudando a composição das elites, locais, diz que:

“Elas consistem em agrupamentos sociais que se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro [.] Na medida em que sua constituição se dá no nível simbólico, as elites locais são compostas por agentes sociais de raízes heterogêneas: profissionais

liberais, membros do empresariado local, das classes médias assalariadas do município, etc. [.] Muitas vezes, integrantes do poder econômico participam, também, das elites locais.”

Essa elite local governa a cidade segundo seus interesses, através do controle político, econômico, institucional, administrativo e cultural, mantendo, muitas vezes, um falso consenso, a partir de uma intensa rede de manipulações, que é formada por algumas famílias, pelos meios de comunicação de massa, por políticos e governantes. Essa rede de controle social, não raro, impõe uma política de marginalização, diante das forças intelectuais, uma vez que sua contribuição às inovações é enorme e dinâmica

Geddes (1994, p. 80), pesquisando o poder e a atuação dessas elites, mostra que

“o senso de ordem e eficiência desses indivíduos, seu desejo da conveniência e decência, e a divulgação que fazem disso em suas empresas e através daqueles que aí atuam, são fatores vitais da sua superioridade; fatores graças aos quais se notabilizou o sucesso empresarial deles sobre aquele competidor mais prático”

Esse grupo, composto por uma minoria, homogênea e coesa, acaba tendo um enorme poder sobre a cidade e sua população e, sendo assim, repassa às novas gerações sua maneira de agir e pensar, e, por isso mesmo, perpetuam seu poderio, sua hegemonia nas decisões político-econômicas.

De acordo com Delle Donne (1983), a elite do poder é composta predominantemente por representantes das forças econômicas, que só excepcionalmente assumem posições de poder político na comunidade e se valem, na gestão do poder, de uma “subestrutura”, constituída pelos executores de decisões

Também faz parte dessa estrutura de poder na cidade um exército de jornalistas, pequenos empresários, políticos profissionais, que nada mais são do que instrumentos para a viabilização, defesa e operacionalização das diretrizes traçadas por esse grupo social.

O grupo dominante, em suas práticas políticas e em suas decisões, usa o aparelho estatal para conseguir alcançar objetivos que estão imbricadamente atrelados a seus próprios interesses, deixando de lado, *esquecidas*, as decisões e necessidades coletivas

Nesse sentido, nenhum grupo exerce sozinho um controle permanente sobre as decisões políticas locais; sua prática é exercida de acordo apenas com interesses específicos pontuais. Observa-se, então, uma maior competição e flexibilidade no exercício de poder. Mas, ainda assim, os grupos mais organizados politicamente e influentes economicamente conseguem expandir e fazer crescer a cidade, segundo seus interesses, apesar de a mesma ter uma estrutura complexa e diversificada.

A região do Triângulo Mineiro e a sua inserção na divisão inter-regional do trabalho

O caráter regionalista do Triângulo Mineiro pode muito bem se enquadrar nas concepções apresentadas anteriormente, uma vez que o discurso e prática de suas elites indicam, historicamente, a construção da região nessas bases. Assim sendo, apresentaremos uma breve evolução dessas relações ao longo do tempo.

Os primeiros núcleos urbanos do Triângulo

A região do Triângulo Mineiro tem sua história ligada às bandeiras paulistas que, a partir do Século XVII, cortaram esse território à procura de metais e pedras preciosas e, secundariamente, à captura de índios. Toda essa área (e também Goiás e Mato Grosso) fazia parte da Capitania Geral de São Paulo². A partir do movimento bandeirante, a região integrou-se ao cenário nacional como fornecedora de metais preciosos e ponto de apoio aos núcleos mineratórios do Centro-Oeste.

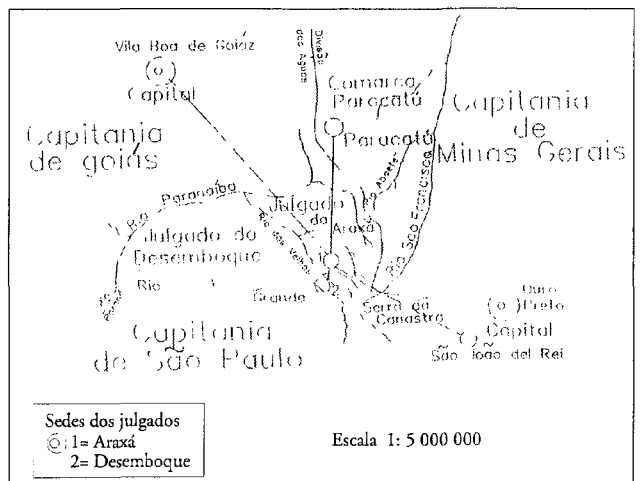
No Triângulo Mineiro, teve êxito a mineração próxima à nascente do rio das Abelhas (atual rio Araguari), onde surgiu o povoado do Rio das Abelhas, e que tornou-se responsável pela aglomeração de *aventureiros*, transformando-se em caminho obrigatório na ligação do Sudeste com o Centro-Oeste. Em meados do Século XVIII, foi criado o julgado de Nossa Senhora do Desterro das Cachoeiras do Rio das Velhas do Desemboque. Nesse julgado o florescimento do povoado do Rio das Abelhas, com aproximadamente 1 000 habitantes, deu origem ao Arraial de Desemboque³.

O auge da exploração mineral, nas proximidades do julgado de Desemboque, ocorreu entre os anos de 1740 e 1789, quando o esgotamento das jazidas deu início à decadência do primeiro núcleo urbano da região.

Com a decadência de Desemboque, a atividade rural foi incrementada, espalhando-se por novas áreas. Devido à ausência de outro núcleo urbano, as famílias que deixaram a cidade dirigiram-se, naturalmente, para onde se encontravam incipientes bases produtivas. Assim, através da pecuária, ocorreu a consolidação das paróquias de São Domingos do Araxá (1791) e Nossa Senhora do Patrocínio do Salitre (1800). Por serem áreas propícias ao desenvolvimento do rebanho bovino, ocorreu a fixação do elemento social, ligado aos impulsos do mercado, propiciando o seu dinamismo.

A paróquia do Araxá foi a primeira beneficiada com a decadência de Desemboque, o que lhe permitiu ser elevada à condição de julgado do Araxá em 1811, e o Triângulo Mineiro ficou, assim, dividido em dois julgados: o julgado de Desemboque, na porção oeste e em franca decadência; e, na parte leste, o julgado de Araxá, onde a pecuária ganhava força, destacando-se aí a formação do núcleo urbano de Araxá, mais tarde centro de dominância política e mercantil no Triângulo Mineiro (Figura 2).

Figura 2 - Julgados do Desemboque e Araxá



Fonte: Julgados de Desemboque e Araxá. In: Brandão, C. A. Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria. 1989. p. 24. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989. Adaptação.

² Quando Minas Gerais se tornou capitania independente em 1720, o Triângulo continuou pertencendo a São Paulo. Em 1744, surge o Estado de Goiás e o Triângulo é colocado sob sua jurisdição. Somente em 1816, é que esse território passa a pertencer a Minas Gerais.

³ Após 1862, Desemboque tornou-se distrito da atual cidade de Sacramento.

É importante ressaltar que a dominância de Araxá se deu em meio a um *vazio* e, mesmo com uma frágil condição urbana, sobressaía-se enquanto epicentro do Triângulo Mineiro. O domínio de Araxá baseou-se muito mais em forças rurais, com a figura do coronel da pecuária extensiva, do que especificamente em forças urbanas. Portanto, esse núcleo estava subordinado basicamente à estrutura produtiva rural, com pequeno desenvolvimento do capital comercial.

Devido a essa incipiente estrutura urbana, o núcleo de Araxá não conseguiu se consolidar economicamente na região. Isso se deu, basicamente, por três fatores: a atração da população de Araxá para o núcleo diamantífero de Bagagem (atual Estrela do Sul), no que ficou demonstrada a fragilidade econômica da estrutura urbana araxaense; as lutas políticas em Araxá devido à revolução de 1842, que colocou frente a frente liberais e conservadores; e por fim a emergência comercial de Uberaba a partir de 1808.

A emergência comercial de Uberaba

Com a decadência de Desemboque e com o processo de ocupação através da auto-subsistência agropecuária, formou-se, a partir de 1808, o arraial da Capelinha, mais tarde transformado no Município de Uberaba.

A ascensão urbana de Uberaba se deu pela exploração da rota fluvial, nas primeiras décadas do Século XIX, que ligava parte do percurso entre os portos paulistas e o Rio Grande nas proximidades de Uberaba. Esta situação lhe permitiu a conquista de privilégios comerciais com relação aos demais núcleos agropecuários.

Na verdade, esta rota fluvial constituiu-se como uma alternativa economicamente mais viável em relação aos dois caminhos já existentes de ligação com o Centro-Oeste: o primeiro, denominado de *caminho de Goiás*, nada mais era do que a rota do bandeirante Anhangüera, que, partindo do litoral paulista, passava pelas cidades de São Paulo, Jundiá, Campinas, Mogi-Mirim, Franca, até chegar ao Porto da Espinha, nas proximidades de Conquista, onde percorria o território do Triângulo Mineiro até Goiás. O segundo, conhecido como a *rota salineira*, partia do litoral carioca, passava pelo sul de Minas, Araxá, Patrocínio, e seguia em direção a Goiás e Mato Grosso.

O primeiro caminho favorecia comercialmente a cidade de Franca, ainda no Estado de São Paulo, que se desenvolveu como entreposto de distribuição do sal. O segundo beneficiava Araxá, que se tornou o principal ponto de ligação da região com a corte brasileira.

Entretanto, a emergência comercial de Uberaba é a prova de que uma rota salineira fluvial que chegava ao porto de São Bartolomeu, no rio Mogi, descia pelo rio Pardo e atingia o rio Grande conseguiu definir um importante canal de mercantilização para o interior triangulino. Desta forma, Uberaba passou a canalizar a demanda de mercadorias de grande parte do interior do País, sobrepondo-se à Franca e Araxá.

Neste momento, é importante observar que as potencialidades iniciais de desenvolvimento de Uberaba não são explicadas pelas condições internas, mas sim por uma condição externa, ou seja, o comércio do sal, com entroncamento em Uberaba, pois este era o produto básico essencial para dar continuidade ao processo de urbanização do interior: primeiro, pelo baixo desenvolvimento das relações capitalistas de produção (devido à não-obrigatoriedade de se produzir mercadorias); e, segundo, pelas dificuldades de se colocar, a preços competitivos, outro produto, além do gado bovino, no mercado do litoral.

Portanto, as alterações nas condições externas interferiam, diretamente, no processo de desenvolvimento uberabense. Foi assim, por um lado, com a crise da década de 1850, provocada pelo desenvolvimento da porção oeste da região, que a cidade de Frital emergiu como entreposto de ligação com Goiás e a Região Norte. Por outro lado, o algodão tornou-se, logo depois, outro importante produto agrícola, pois estimulou novamente o setor comercial urbano de Uberaba. De uma certa maneira, o algodão exerceu um importante papel econômico no Triângulo Mineiro como um todo, dado que desde a década de 1860, em razão da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, havia uma grande demanda internacional por esse produto.

Somando-se ao impulso algodoeiro, a Guerra do Paraguai (1865-1870) contribuiu acentuadamente para o reerguimento das atividades comerciais de Uberaba, principalmente, por essa ter sido transformada em ponto de passagem e de abastecimento das tropas que se destinavam à invasão do Paraguai. Esses impulsos proporcionaram à Uberaba uma acentuada atratividade.

para a inversão de capitais, e com isso a atração de inúmeras famílias ricas, procedentes do abandono da mineração de diamantes de Bagagem.

Paralelamente a esses acontecimentos, a economia cafeeira entrava em sua fase de assalariamento capitalista, formando um expressivo mercado interno e criando fortes expectativas mercantis para as regiões periféricas. Nesse contexto, Uberaba colocava-se como a cidade triangulina melhor aparelhada para receber o progresso e iniciar a sua fase moderna, integrada ao centro econômico nacional: São Paulo.

A chegada da ferrovia

A ferrovia chegou ao Triângulo através da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro na década de 1880. O café era uma atividade capaz de gerar capitais e construir ferrovias, tendo em vista a expansão dos cafezais. Entretanto, a garantia inicial dos trilhos para o interior foi dada pelo governo, através da rentabilidade mínima de 7% sobre o capital aplicado. Dessa forma, a penetração das ferrovias pelo interior não se dava propriamente pela necessidade de escoamento da produção, mas por dois motivos: a garantia de rentabilidade e a conquista de mercados potenciais de demanda e produção. (Figura 3)

A ferrovia penetrou pelo território triangulino através da Estação de Jaguará, aproveitando a ponte já existente desde 1850, tendo sido feitas apenas algumas adaptações. Em 1889 inauguravam-se as Estações de Sacramento, de Conquista e de Uberaba, e, em 1890, o governo concedeu à Companhia Mogiana o direito de prolongamento até a cidade de Catalão, em Goiás. Estava implantada a ferrovia no Triângulo Mineiro, ligando-o ao centro dinâmico da economia brasileira, e redefinindo o seu papel na divisão inter-regional do trabalho.

A chegada dos trilhos até Uberaba significou o estabelecimento dos caminhos econômicos modernos. Superou a rota fluvial e consolidou o seu domínio sobre todo o território do Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Goiás. Contudo, o apogeu uberabense conheceu o declínio quando a ferrovia, passando por Uberabinha (atual Uberlândia), atingiu Araguari, no final de 1896. Este fato implicou a mudança de entreposto das mercadorias destinadas a Goiás e ao resto do Centro-Oeste, de Uberaba para Araguari.

Figura 3 - Esquema das linhas ferroviárias (São Paulo, Minas Gerais e Goiás)



— Companhia Mogiana de Estrada de Ferro Araguari/São Paulo
 - - - - Estrada de ferro Goiás (Araguari/Goiânia)

Digitalizado por: Zaccati Bueno

Fonte: Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Linha Ferroviária Araguari/São Paulo; Estrada de Ferro Goiás, Linha Ferroviária Araguari/Goiânia

Mais uma vez, Uberaba encontrava-se vulnerável às determinações da economia brasileira. Embora esta cidade tenha constituído grandes redes de troca em sua área de influência, foi obrigada a dividir o domínio do Brasil Central com Araguari, que despontou no Triângulo Mineiro em 1897, como mais um entroncamento polarizador.

O alongamento dos trilhos da Mogiana até a Estação de Araguari ocorreu devido a dois fatores: primeiro, à garantia governamental de 7% de juros sobre o capital investido; e segundo, pelas expectativas futuras, ou seja, a expansão ferroviária, como fenômeno mundial, que significava uma possibilidade efetiva de concretização na periferia.

Estes fatos dão margem a um questionamento da ação do Estado e da expansão da rede ferroviária no Brasil. No caso do Triângulo Mineiro, apenas a garantia dos juros sobre o capital não se apresentava como condição satisfatória. Na verdade, a viabilidade econômica do empreendimento era bastante questionável. Este ramal era

“() subvencionado pelo governo, e por longos anos funcionou sob essa garantia em face do tráfico deficitário que mantinha”, e que “a penetração do ramal da Alta Mogiana (Ribeirão-Araguari) pelos sertões do Triângulo, seria uma aventura, de vez que as zonas eram despovoadas e pouco produziam para garantirem lucro compensador à Companhia” (TEIXEIRA, 1947, *apud* GUIMARÃES, 1990, p. 31)

Um outro fator que justificaria as expectativas quanto ao mercado futuro do Centro-Oeste era a discussão em torno da transferência da Capital Federal para o centro do País (fato este confirmado pela Constituição de 1891), favorecendo, assim, os interesses da Companhia Mogiana na ligação de São Paulo com o Planalto Central

Transportes e comunicações: um novo perfil para o Triângulo Mineiro

A presença de uma rede de transportes e comunicações *moderna* no território triangulino modificou substancialmente as expectativas de aproveitamento das potencialidades da região central do Brasil. Esta vasta área viu-se diante da possibilidade de produção de mercadorias para os mercados do litoral, em troca da imigração e de produtos manufaturados. Desta forma, Uberaba, Araguari e, posteriormente, Uberlândia, posicionaram-se diante do progresso, engendrado pelo café, habilitadas a cumprirem o papel significativo que lhes caberia na nova fase do capitalismo brasileiro

Para Uberaba, a ferrovia, em um primeiro momento, veio consolidar o seu caráter de centro comercial hegemônico da região, facilitando a ligação do sertão da produção extensiva com o litoral do assalariamento capitalista.

A primeira derrota da economia uberabense, contudo, foi a perda da função de entreposto comercial com o sudeste de Goiás para Araguari, como já salientamos. Tal fato impôs limites ao domínio de Uberaba na região. Depois, a partir de 1900, os conflitos ocorridos em Mato Grosso se colocaram como uma barreira ao desempenho do comércio uberabense naquele estado. A perda do domínio comercial sobre Mato Grosso concretizou-se, em 1911, com a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que passou a ligar diretamente São Paulo a Campo Grande, desviando da rota uberabense todas as transações comerciais referentes àquele eixo

Mais uma vez, estava demonstrada a vulnerabilidade de Uberaba e da região, diante das

articulações políticas e econômicas externas, uma vez que esta ferrovia, projetada inicialmente para ligar Uberaba a Coxim, em Mato Grosso, teve o seu traçado alterado para o Estado de São Paulo (GUIMARÃES, 1990, p. 34)

Por fim, Uberaba perde, também, o domínio do pontal e norte do Triângulo Mineiro para Uberabinha e para Barretos, no Estado de São Paulo. Esta cidade passou a ser ponto terminal de estrada de ferro e transformou-se em um grande centro de transações comerciais e o maior centro pecuário do Brasil Central. Todo esse desenvolvimento de Barretos inaugurou uma nova rota comercial entre São Paulo e o Centro-Oeste, passando obrigatoriamente por Frutal, no pontal do Triângulo, e por aí o sal, o café e, principalmente, o gado.

Dessa forma, Uberaba foi a cidade mais prejudicada na redefinição dos caminhos econômicos do Centro-Oeste, o que ocorreu desde o final do Século XIX. Por isso mesmo, viu-se forçada a voltar suas atividades para o setor pastoril, através da criação do gado zebu

Introduzida em Uberaba ainda no Século XIX, essa raça, pelo investimento e especialização de seus produtores, encontrou um meio bastante favorável ao seu desenvolvimento, tendo atingido um desempenho notável a partir de 1910

Uberaba perdeu sua função de polarizadora do comércio regional, mas continuou como uma das principais áreas econômicas do Triângulo Mineiro graças ao gado zebu, e como o principal centro político local por um período considerável, graças aos coronéis do zebu. Porém, a partir de 1910, teve início sua debilidade econômica enquanto núcleo urbano, devido às frágeis relações deste com o setor rural

O núcleo urbano de Araguari, que surgiu com a pecuária extensiva e com a mineração, depauperou-se com a possibilidade do crescimento mercantil no final do Século XIX, devido à sua ligação ferroviária com a economia cafeeira

Além de assumir parte das funções de entreposto, desviados de Uberaba, Araguari, por ter se tornado ponto terminal de estrada de ferro, apareceu como um importante centro de apropriação do excedente regional através do desenvolvimento do capital comercial

Com a construção da Estrada de Ferro Goiás, Araguari começou a perder a hegemonia de cidade-pólo, chegando sua economia a ficar completamente deteriorada, em 1935, quando os trilhos dessa ferrovia,

que partiam da própria cidade de Araguari, atingiram Anápolis, após atravessar todo o sul de Goiás

Com a perda da intermediação da economia paulista com o sudeste goiano, restou a Araguari uma certa projeção sobre a parte leste do Triângulo Mineiro, embora dividida com Uberaba e Uberlândia. Esta projeção durou até a década de 1920 quando, a partir de então, as cidades de Araxá e Patrocínio (1919) passaram a ser servidas pela Estrada de Ferro Oeste de Minas (posteriormente denominada de Rede Mineira de Viação), que as ligavam a Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, e de lá à Capital Federal.

Apesar de a influência da economia carioca ser menor que a da economia paulista, a parte leste do

Triângulo Mineiro adquiriu uma certa independência da parte oeste (Uberaba, Araguari e Uberlândia) entre as décadas de 1920 e 1950, devido à importância dos transportes ferroviários que, neste caso, encurtaram as distâncias com o Estado de Minas e a capital do País

Na Tabela 1, está caracterizada a infra-estrutura urbana das principais cidades do Triângulo Mineiro, em 1920, onde se destacam, principalmente, as cidades de Frutal, Araxá, Araguari e Uberaba, que já possuíam, naquele tempo, uma boa qualidade de equipamentos e serviços urbanos, tais como: rede de energia elétrica e abastecimento de água, agências bancárias e de telefonia, além de uma expressiva arrecadação de tributos, tanto em nível municipal quanto estadual e federal.

Tabela 1 - Infra-estrutura urbana das principais cidades do Triângulo Mineiro -1920

Principais cidades do Triângulo Mineiro	População		Infra-estrutura urbana		
	Do município	Urbana	Focos de iluminação	Casas iluminadas	Abastecimento de água
Araguari	27 129	8 700	450	870	-
Araxá	46 866	3 690	370	371	574
Conquista	17 206	1 952	200	108	102
Estrela do Sul	16 811	1 470	-	-	96
Frutal	28 549	1 554	375	795	925
Ituiutaba	20 772	1 992	300	160	143
Monte Alegre de Minas	10 987	2 790	-	-	132
Monte Carmelo	24 768	1 152	200	120	97
Patrocínio	44 067	3 150	282	150	-
Prata	11 800	1 872	-	-	200
Sacramento	34 889	3 054	295	285	146
Tupaciguara	9 960	1 806	-	-	-
Uberaba	59 807	19 338	440	1 830	487
Uberlândia	27 956	6 912	202	189	-

Principais cidades do Triângulo Mineiro	Infra-estrutura urbana					Arrecadação
	Aparelhos telefônicos	Autos de passageiros	Autos de carga	Agências bancárias	Agências de telégrafos	
Araguari	540	54	2	1	1	424 263
Araxá	168	78	11	-	-	360 842
Conquista	35	13	-	-	-	186 133
Estrela do Sul	-	13	1	-	1	154 841
Frutal	255	65	3	1	1	611 394
Ituiutaba	1	14	3	-	-	195 654
Monte Alegre de Minas	24	-	-	-	1	116 684
Monte Carmelo	-	12	-	-	1	119 928
Patrocínio	39	19	-	-	2	291 416
Prata	73	55	-	-	1	112 723
Sacramento	45	56	1	1	1	293 224
Tupaciguara	13	13	-	-	-	112 726
Uberaba	473	316	2	2	1	2 429 515
Uberlândia	90	35	-	-	-	204 561

Fonte: SENNA, N. C. Infra-estrutura urbana das principais cidades do Triângulo Mineiro em 1920. In: Brandão, C. A. Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria. 1989, p. 99. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989

Na verdade, o projeto da Ferrovia Oeste de Minas visou a atrair o fluxo mercantil do Triângulo Mineiro para Minas Gerais. Porém, o que conseguiu, mesmo levando seus trilhos até Uberaba (1926) e Catalão (1942), foi atrasar por três décadas o domínio econômico e social do oeste sobre o leste.

Quanto à Uberlândia (antiga Uberabinha), a ferrovia passou por esta cidade sem causar impacto sobre sua colocação regional e sem despertar interesse de âmbito superior à organização mercantil do município. Contudo, Uberlândia foi privilegiada com a construção da ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba, pelo governo federal em 1909, pois a colocou em estreito contato comercial com o Estado de Goiás.

A partir de 1913, com a construção da ligação de Uberlândia à ponte Afonso Pena, por uma estrada de rodagem, esta cidade despontou como pólo regional, consolidando-se como entreposto comercial entre os Estados de São Paulo e Goiás e o norte do Triângulo.

É certo que as condições topográficas favoráveis facilitaram o desenvolvimento rodoviário. Porém, merecem destaque a superação das maiores barreiras, no caso, os leitos fluviais (daí a importância da ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba), bem como os empreendimentos privados, considerados arrojados a partir de uma visão histórica do processo.

Desta forma, a opção rodoviária foi importante, por um lado, por permitir a expansão comercial por toda a região e, por outro lado, por canalizar a apropriação dos rendimentos para a própria cidade, ao contrário da ferrovia.

A base econômica por onde desenvolveram-se os ramais rodoviários era a produção de cereais e a pecuária extensiva. Ao lado da rede rodoviária um pequeno comércio, serviços de reparos, manufaturas rudimentares, etc., surgiram a todo o momento e, em conjunto, delimitaram o desenvolvimento de Uberlândia e o seu papel na divisão inter-regional do trabalho, como fornecedora de produtos agropecuários (charque e banha) e cereais (arroz).

A pecuária desenvolveu-se sob uma base latifundiária, quase que independente do núcleo urbano e através de uma estrutura familiar poderosa em nível local. Além disso, essa atividade pouco dependia dos transportes, o que lhe possibilitou crescer fora da rota comercial, já que era um produto autotransportável

e que poderia escolher o entroncamento ferroviário mais propício, ao invés do mais próximo.

Já a agricultura comercial dependia muito mais diretamente do mercado e dos transportes, além, é claro, das condições naturais, o que tornava a atividade sensível às crises. Desta forma, essa atividade agrícola foi desenvolvida na região, predominantemente, pelos pequenos produtores, que arrendavam a terra dos latifúndios, pagando-lhes altas taxas.

O núcleo urbano de Uberlândia teve sua dinâmica baseada na apropriação dos pedágios rodoviários, no comércio regional e nas atividades de beneficiamento dos produtos agropecuários, que engendraram um potencial acumulativo com retorno para a própria dinâmica urbana, extremamente dependente das condições favoráveis dos transportes.

Após essa fase de hegemonia comercial, entretanto, no final da década de 1940 e início da década de 1950, uma crise nos transportes provocou alterações nas estruturas econômicas do Triângulo Mineiro no papel dos seus núcleos urbanos. A Companhia Mogiana, que operava suas linhas sem alterações significativas desde sua inauguração, entrou em um período de dificuldades financeiras e foi encampada pelo governo paulista em 1952. No caso das rodovias, com o término do contrato da Companhia Auto Viação em 1945, o governo assumiu a administração das mesmas, e inaugurou uma fase de deterioração dos caminhos rodoviários.

Paralelamente à crise dos transportes, a industrialização econômica paulista estimulou a produção de gêneros alimentícios no interior, proporcionando o seu desenvolvimento. Com a crescente perda do domínio uberlandense sobre a rede rodoviária, as cidades interioranas tiveram a possibilidade de libertação de suas economias desse mercado intermediário. Com isso, ocorreu a diminuição do comércio atacadista em Uberlândia, o que refletiu em sua supremacia polarizadora.

Devido a essa crise, sua produção industrial teve que continuar direcionada para as máquinas de beneficiar arroz e para as charqueadas. Quanto à lavoura, ou encontrava-se estacionada, ou em estágio de regressão, sendo escassas as terras férteis, quando não cansadas pelo plantio ininterrupto.

Assim, as próximas décadas, para Uberlândia, passaram a representar um desafio para o

reerguimento de uma cidade caracterizada pelo aspecto polarizador regional, que havia conseguido assumir o domínio social e econômico sobre o Triângulo Mineiro, e que desempenhava uma função estratégica na divisão inter-regional do trabalho no espaço geográfico brasileiro

A Região do Triângulo pós-plano de metas

A partir de meados da década de 1950, profundas modificações de ordem social e econômica ocorreram na região do Triângulo Mineiro

Essas modificações vieram em decorrência do movimento de acumulação do capital, tanto em nível internacional como nacional. Do lado externo, tínhamos o crescimento acelerado, possibilitado pelo relativo sucesso da reorganização das economias capitalistas no pós-guerra e a inserção das áreas periféricas neste contexto. Do lado interno, dava-se a mudança no padrão de acumulação, com a instalação definitiva do capitalismo monopolista no Brasil

Este período, iniciado com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), denominado de “industrialização pesada”, caracterizou-se pelo forte reforço da concentração industrial em São Paulo, levando este estado a comandar os determinantes da acumulação de capital em nível nacional. Desta forma, a integração do mercado nacional, feita pelo comércio de mercadorias, passou a se dar, a partir daquele momento, via acumulação de capital, modificando o padrão de dominação dirigido por São Paulo (BRANDÃO, 1989, p. 133)

O Triângulo Mineiro, na década de 1950, caracterizava-se como uma região agropecuária e com inserção mercantil a partir da ferrovia e do seu desmembramento rodoviário. Devido às diferenciações internas, sobressaíram as cidades de Uberaba e Uberlândia como principais apropriadoras do excedente regional

As transformações socioeconômicas de ordem geral colocaram as classes dominantes do Triângulo Mineiro, principalmente aquelas de suas duas maiores

cidades, diante de tarefas como: desenvolver a infraestrutura para dar continuidade à reprodução do capital, e a capacitação do capital privado para responder às necessidades da crescente demanda regional

No entanto, a construção da Capital Federal, em Goiás, acabou por se constituir em um marco importante para o Triângulo Mineiro, uma vez que o seu espaço geográfico passou, de uma vez por todas, a estar localizado estrategicamente entre a principal região econômica do País (São Paulo) e a administração central (Brasília). No conjunto, a industrialização concentrada no Centro-Sul e a construção de Brasília redefiniram o papel do território triangulino na divisão inter-regional do trabalho

A decisão pela localização da nova capital no Centro-Oeste propiciou ao Triângulo Mineiro o fortalecimento de sua importância geoestratégica, consolidou a região como entroncamento de importantes estradas federais e, sobretudo, fomentou várias atividades de apoio à construção de Brasília.

O fornecimento adequado dos produtos necessários a um empreendimento do porte da nova capital⁴ teria que ser originário de São Paulo, ou da região central de Minas Gerais ou Goiás. Como São Paulo sediava a capital industrial mais poderosa do País, exerceu o seu domínio na construção, através do seu “posto avançado” no Triângulo Mineiro⁵. Assim, um grande dinamismo se instalou no comércio e na indústria triangulina. Tomaram um forte impulso as fábricas de manilhas, telhas, cal, cimento, etc., e de forma geral todos os setores, inclusive os serviços.

Em 1957, é instalada em Uberlândia uma estação tronco do Sistema Microondas, resultado da luta para transformar o Triângulo em uma “ponte” das telecomunicações brasileiras. Em 1958, é intensificada a luta pelo aproveitamento da Hidrelétrica de Cachoeira Dourada (construída para abastecer Brasília), como forma de resolver a questão da energia elétrica, e nesse mesmo ano é implantado, em Uberlândia, um depósito de oleogases, constituindo-se no único posto de distribuição de asfalto do interior brasileiro.

⁴ Brasília, construída de 1957 a 1960, foi projetada para atingir uma população de quinhentos mil habitantes na década de 1980, cifra que se mostrou nitidamente defasada não muito tempo depois

⁵ A região do Triângulo Mineiro sempre cumpriu, e com bastante êxito, a sua função de entreposto comercial de São Paulo com o Centro-Oeste

Na verdade, essa fase histórica acabou por representar a grande oportunidade que teve a burguesia regional para inserir e consolidar o Triângulo como espaço privilegiado na órbita de Brasília, aproveitando todas as oportunidades abertas com a construção da capital federal. Com a atuação das lideranças regionais, antigas reivindicações triangulinas puderam ser atendidas. No caso dos transportes (inadequados diante da nova situação de mercantilização que se colocava), o “Plano de Metas” do governo JK, em um de seus pontos básicos, o rodoviarismo/automobilismo, apresentou-se apropriado e fundamental para uma região com fortes interesses comerciais e com uma “privilegiada localização geográfica”.

Desta forma, das grandes redes troncais, a principal (BR-050: São Paulo-Brasília) passou/passa pelo Triângulo Mineiro. Também foram construídas as ligações: Uberaba-Belo Horizonte-Vitória, de grande importância na integração da região à capital do estado; a BR-365 ligando Montes Claros-Uberlândia-Canal de São Simão; e a BR-452 ligando Uberlândia-Araxá. Estava, portanto, essa região com a infra-estrutura que lhe daria uma função privilegiada na reestruturação da divisão inter-regional do trabalho a partir da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil.

Com o golpe militar de 1964, o Triângulo Mineiro teve reforçada a sua posição em relação às formas superiores de capital instalado no Brasil. As lideranças que emergiram do golpe implementaram uma política que favoreceu o avanço da homogeneização do espaço para o grande capital. Tal política ampliou a área produtiva, ao mesmo tempo que aliviou as áreas mais povoadas das tensões sociais, empurrando-as para as fronteiras.

Esta estratégia territorial foi sustentada pelas ideias geopolíticas dos militares, que viam na região Central do Brasil um “centro energético vital” que precisava ser controlado.

Assim, amplamente apoiado pela burguesia triangulina, o Estado militar atuou no sentido de transformar essa região em um verdadeiro “posto avançado” do capital, no qual os interesses expan-

sionistas deveriam estabelecer o domínio sobre as lideranças políticas locais⁶.

A partir do final da década de 1960, o Triângulo Mineiro ganha maior expressão política, em níveis estadual e nacional, projetando vários políticos representantes dos interesses da reprodução do capital mercantil local⁷.

Na década de 1970, a conjuntura capitalista passa a exigir uma reordenação da política econômica governamental após o “choque do petróleo”, e o “milagre brasileiro”. Nesse momento, cabe ao Estado a responsabilidade da execução da política econômica nacional, atendendo aos interesses conjugados da indústria e da agricultura.

Nesse sentido, a região do Triângulo Mineiro é inserida no I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972-1974) e no II PND (1975-1979), passando a usufruir dos mecanismos de implementação criados pelo governo. Dentre eles, os programas para a ocupação intensiva dos cerrados atingiam grande êxito, tendo provocado um surto de modernização agrícola em uma área que era destinada à criação extensiva do gado, e que passou a ser produtora de grãos.

No setor industrial, a dinâmica regional caminhou no sentido da agroindustrialização, sendo que, mais recentemente, essa atividade é comandada por grandes complexos incentivados pelo capital forâneo. Assim, o Triângulo Mineiro incorporou definitivamente o seu papel de pólo armazenador, processador e redistribuidor de produtos agroindustriais, principalmente de grãos e carnes, oriundos do Centro-Oeste e Norte do País.

Portanto, através de uma análise do processo histórico de constituição das estruturas triangulinas, podemos compreender o papel fundamental que esta região representa no contexto do desenvolvimento social, político e econômico brasileiro. O Triângulo Mineiro, que se desenvolveu originariamente como um “ponto de passagem obrigatório” entre São Paulo e o interior do País, chega ao final do Século XX como espaço estratégico dos interesses maiores das capitais nacional e internacional.

⁶ Data dessa época a instalação de grande contingente militar na região, e a abertura de faculdades em Uberlândia.

⁷ Rondon Pacheco, por exemplo, foi chefe da Casa Civil no governo do General Costa e Silva, líder da ARENA e Governador de Minas Gerais de 1971 a 1975.

Emancipação do triângulo: a expressão do regionalismo

Emancipação: um sonho antigo

A história da expansão do Triângulo Mineiro e sua inserção na economia nacional confunde-se com a história dos movimentos emancipacionistas idealizados pelas elites triangulinas, desde o século passado, quando começaram a clamar por sua emancipação, devendo-se ressaltar que a referida região nem sempre fez parte do Estado de Minas Gerais, pois até 1748 era anexada a São Paulo; entre 1748 a 1816 à Goiás e somente a partir daí passou a pertencer a Minas Gerais. Desse modo, suas relações sociais, econômicas e culturais foram, historicamente, muito mais intensificadas com São Paulo e Goiás do que propriamente com Minas Gerais, e, assim sendo, as idéias de emancipação vêm de longo tempo.

Em 1837, um fazendeiro de Araxá, Sr. Fortunado Botelho idealizou transformar o Triângulo Mineiro em uma república independente. Mais tarde, em 1875, um francês chamado Henrique Des Genettes começou, em Uberaba, um movimento separatista do Triângulo para anexá-lo a São Paulo. Do mesmo modo, o Sr. Augusto César Ferreira e Souza, deputado provincial que conseguiu emancipar São Pedro de Uberabinha em 1888,⁸ acrescentou no projeto idéias de emancipação, pois, *historicamente, nada existe de Minas aqui, porque nossas raízes vêm de São Paulo e de Goiás que foram portas abertas para todo o relacionamento comercial, cultural, tradicional com o Triângulo* (TEIXEIRA, 1970, p. 83). O deputado provincial recebeu naquele período mais de 3 000 cartas de adesão à sua proposta de emancipação.

Souza (1991) nos lembra que os primeiros movimentos separatistas ocorreram por volta de 1857 e 1875, e foram controlados por alguns coronéis da pecuária; o movimento de 1875 foi um levante político, iniciado na cidade do Prata, que tinha como objetivo anexar o Triângulo à Província de São Paulo, ou mesmo constituir uma república independente.

Essas manifestações foram desencadeadas tendo em vista que as relações com Minas Gerais eram frágeis, acrescidas ainda de outros fatores, tais

como a distância da capital Ouro Preto, os altos impostos cobrados pelo governo estadual, bem como as relações comerciais que eram feitas diretamente com o porto de Santos.

No final do Século XIX, em 1890, o movimento emancipacionista toma força com a elaboração da Carta Constitucional da República, quando foi proposta ao Congresso Constituinte uma redivisão territorial das antigas províncias, com o objetivo de administrá-las com mais eficiência, a partir de uma melhor organização territorial dos estados. Na referida proposta, o Triângulo Mineiro, sul de Goiás e sudoeste de Mato Grosso formariam o Estado de Paranaíba, cuja capital seria Uberaba.

Gomide (1993, p. 37) em seus estudos sobre a questão diz que, na região do Triângulo Mineiro, sul de Goiás e no sudoeste de Mato Grosso, começou uma movimentação das lideranças locais em favor da criação do Estado do Paranaíba, cuja capital seria a cidade de Uberaba. O novo estado se constituiria a partir da agregação dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como também de alguns municípios goianos - Ipameri, Catalão - e mato-grossenses, como Campo Grande e Três Lagoas.

Entretanto, a constituição do Estado do Paranaíba não ocorreu, visto que o governo federal decidiu priorizar questões mais importantes naquele momento. Segundo a imprensa escrita, houve, inclusive, um "rccuo" das lideranças regionais, embora não tenha havido nenhum confronto político com as decisões governamentais. Somente a cidade de Uberaba teve ganhos mais significativos, neste embate, pois conquistou para si a criação de seu Bispado.

Mesmo assim, em 1906, um outro movimento emancipacionista foi organizado e deflagrado porque, segundo seus líderes, a região era marginalizada pelo governo estadual, pois não tinham sido ainda construídas as ligações viárias entre a capital estadual e a região. E mais, em Uberaba, o governo estadual retirou o Instituto de Zootecnia e transferiu o Batalhão de Polícia para Belo Horizonte, o que revoltou seus moradores. Diante desse quadro, foi criado o Clube Separatista, em 1906, que lutava pela separação do Triângulo, não para anexá-lo a São Paulo, mas para formar um estado independente.

⁸ Uberlândia foi denominada São Pedro de Uberabinha até 19 de outubro de 1929.

“O resultado alcançado beneficiou mais diretamente Uberaba, dotando-a com as melhores condições educacionais da região, além de representação na Câmara Federal, criação de agência bancária e do retorno do Batalhão de Polícia do Estado. Ainda como benefício, o governo autorizou a construção do ramal ferroviário Araxá-Uberaba, projeto que propunha também o prolongamento desse ramal até o Rio Paranaíba. Um outro ramal, incluído no projeto, deveria partir do ponto mais conveniente da linha Uberaba-Rio Paranaíba indo até Morrinhos no Estado de Goiás” (GOMIDE, 1993, p. 38).

A partir desse período, fortaleceu-se a idéia da emancipação do Triângulo Mineiro, e até mesmo foi criado um jornal denominado *O Paranaíba*, em 1914, com objetivos explícitos de organizar o movimento e divulgá-lo à população, principalmente para que a mesma incorporasse a proposta. Em 1919, em Uberaba, foi criado outro jornal semanal denominado *A Separação*, também com objetivo de defender e divulgar os ideais emancipacionistas das oligarquias regionais. Além destes, os outros jornais, tais como *O Triângulo* e o *Corveio Católico*, também defendiam a emancipação e sempre divulgavam-na em seus periódicos.

Há que ser ressaltado que, em 1919, a não inserção da cidade de Araguari no movimento, uma vez que a mesma era a principal interlocutora do governo estadual das cidades do leste do Triângulo, e, assim sendo, suas reivindicações poderiam ser prejudicadas se participasse efetivamente daquele levante.

A idéia da separação/emancipação, a partir de movimentos reivindicatórios, indiretamente fortalecia politicamente o Triângulo, à medida que eram sempre retomados os investimentos e obras públicas. Desse modo, a constante “ameaça” de separação serviu sempre para atrair benefícios para a região, pois, nesses momentos, as elites unificavam-se para combater o isolamento político da região no contexto mineiro.

Durante todo o Século XX, o ideal de emancipação permaneceu vivo, pois as lideranças regionais reafirmaram sua posição diante dos obstáculos que surgiam, primordialmente, naqueles momentos em que surgiam os empecilhos para a integração com o Estado de Minas Gerais e, principalmente, quando

não eram atendidas as reivindicações e reclamações da população. De acordo com Gomide (1993, p. 38), nesse período as idéias de emancipação prevaleciam, visto que “o parâmetro usado para argumentação favorável à emancipação era o ‘progresso’ alcançado pelos Estados Unidos da América”.

A organização das elites em torno da emancipação chegou a preocupar, em 1930, o presidente Washington Luís, pois o mesmo tentou convencer seus ministros a criar o Estado do Triângulo, com a capital em Uberaba (Estado do Triângulo, 1988).

Em meados dos anos de 1930, mais uma vez, em decorrência da não importância dada pelo governo estadual à região, principalmente quanto à construção de obras públicas e instalação de infraestrutura urbana, ressurgiu o movimento reivindicatório em Uberaba, repercutindo posteriormente para Uberlândia, Sacramento e Araxá, com o objetivo de obter recursos para a melhoria de infraestrutura das respectivas cidades.

As conquistas conseguidas com o governo estadual nesse período foram: a implantação de redes de eletricidade e saneamento básico em Uberaba; a construção do cassino/hotel Grande Hotel Barreiro, em Araxá; a construção da Rodovia Belo Horizonte-Araxá/Uberaba; e a construção da ponte sobre o Canal de São Simão, em parceria com Goiás.

Todavia, o movimento separatista foi reavivado, em 1948, pela Câmara Municipal de Uberaba, tendo o *Jornal de Uberaba* como seu principal veículo de divulgação, que ressaltava a ausência de uma unidade política regional em torno do objetivo da emancipação, pois esta etapa refletia a situação política do País. O mesmo teve dois pressupostos novos: aparecimento de duas correntes, uma pró-emancipação e outra contra o movimento separatista, representadas pelos aliados do governo (Uberlândia) e opositores (Uberaba); e a incorporação em torno do movimento de discussões político-partidárias, pois, até então, o mesmo tinha como objetivo a formação de uma grande frente política suprapartidária. Isto ocorreu tendo em vista o apoio das lideranças comunistas da região.

Acirra-se então a rivalidade entre Uberlândia e Uberaba, uma vez que a última começa a perder a hegemonia regional para a primeira, pois o governo mineiro repassa novos investimentos diretos, primordialmente, para Uberlândia.

Segundo a pesquisa de Gomide (1993, p. 38) as duas correntes antagônicas

“ocorreram porque os autonomistas conseguiram um sensível êxito ao projetarem o Triângulo no cenário nacional, tanto pela idéia separatista quanto pela riqueza econômica, e pela sua posição política estratégica, sempre enfatizada pela oligarquia regional”

O governo federal, diante da posição geográfica da região, condições econômicas, riquezas naturais, da possibilidade de a Capital Federal vir a ser instalada no Triângulo Mineiro e do ideal de emancipação, fez dessa região uma área de interesse nacional e ponto de integração geopolítica.

Mais uma vez o movimento separatista foi reiniciado em 1951, mas de uma forma diferenciada dos anteriores, com algumas especificidades e bem mais sistematizado. Os líderes se apoiaram na Constituição Federal de 1946, que apresentava possibilidades de autonomia administrativa das regiões e, sendo assim, apregoavam o seu potencial geoeconômico, bem como reafirmavam os velhos argumentos relativos ao descaso do governo estadual com a região. Dessa feita, a questão foi debatida na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, com deputados da região a favor (Mário Palmério) e contra (Vasconcelos Costa) a divisão do estado.

Ao mesmo tempo, foram criados e organizados em várias cidades do Triângulo *Comitês Pró-emancipação*. Nesse período, a população foi, pela primeira vez, consultada sobre a questão da emancipação, através de uma pesquisa de opinião pública, nos principais jornais da região.⁹ Entretanto, por razões de realização de investimentos pelo governo estadual na região, pela possibilidade de transferência da Capital Federal para o Centro-Oeste e pela expressiva oposição de políticos com bastante influência em níveis estadual e federal, o movimento foi se retraindo e perdendo gradativamente espaço na imprensa. Desse modo, as lideranças tiveram consciência de que esta era novamente uma questão já vencida.

A reativação do ideal emancipacionista a partir dos anos de 1960

Durante mais de 15 anos, o ideal de emancipação ficou arrefecido, pois somente em meados dos anos de 1960, com a ditadura Militar, foi reativado, tendo em vista o projeto do deputado Coronel Floriano Rubin, que previa uma redivisão territorial do Brasil, e que estava em consonância com os objetivos de reforma política e administrativa do governo Costa e Silva, que preconizava o desmembramento de grandes estados, com vistas na Segurança Nacional.

Nesse período, as *classes produtoras regionais*, representadas pelos componentes e diretores das associações comercial, industrial e agropecuária, num seminário denominado Encontro das Classes Produtoras, em Araxá, reativaram o ideal emancipacionista, pois dali saiu um documento denominado *Carta de Araxá*, onde foi lançada oficialmente mais uma campanha pró-emancipação do Triângulo.

“Os argumentos que respaldaram a campanha eram semelhantes aos anteriores. Baseavam-se na idéia da viabilidade geoeconômica da região, assim como na pressão exercida pela política tributária estadual, que sacrificava o Triângulo em função de outras regiões do estado” (GOMIDE, 1993, p. 40).

Em outubro de 1967, foi constituída a União para o Desenvolvimento e Emancipação do Triângulo - UDET, órgão formado pelas elites regionais constituídas por produtores industriais e rurais e empresários e comerciantes que conclamaram os políticos e a população para assumir o movimento. Foi elaborado um documento denominado *Proclamação ao povo do Triângulo sobre a formação de um novo Estado*.

O estatuto da UDET foi votado no encontro de Araxá, onde também foram escolhidos os membros do Conselho de Representantes, cujo presidente escolhido foi o Sr. Ronan Tito de Almeida, presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia - ACIUB¹⁰.

⁹ Na primeira página do jornal *O Repórter* eram publicados diariamente os resultados da pesquisa.

¹⁰ O Sr. Ronan Tito de Almeida a partir daí tornou-se deputado federal, defendendo a bandeira separatista do Triângulo, e mais tarde foi senador da república pelo Estado de Minas Gerais e candidato ao governo mineiro.

Assim sistematizada, a UDET organizou a campanha pró-emancipação, com a divulgação pela imprensa escrita, que mais uma vez criou um jornal - *Jornal do Triângulo* - apenas para divulgação do movimento e, essencialmente, para conclamar a população triangulina para a necessidade da autonomia

Os integrantes da UDET lançaram a campanha em função de um dispositivo da Constituição (depois houve a Constituição Federal de 1969), que permitiu a normatização de uma Lei Complementar para a criação de estados e territórios "Por isso, saímos a campo, buscando motivar a população do Triângulo, porque uma Lei Complementar apresentada ao Congresso Nacional exigia a realização de um plebiscito na região para apurar o desejo da população em se emancipar" (depoimento do Sr. Hugo Rodrigues da Cunha, *Jornal da UDET*, p. 7, jul. 1987)

Mais uma vez, houve resistência, pois prefeitos e vereadores de 18 cidades da região colocaram-se contrários à causa, mas, de outro lado, as reivindicações das elites foram de novo atendidas

Souza (1991) afirma que alguns fatores desestimularam a continuidade do movimento na medida em que as classes envolvidas no movimento eram atendidas em suas reivindicações de base econômico-financeira, ocasionando o esvaziamento da campanha, com os líderes se voltando para outras questões políticas. A ambigüidade do movimento residiu na participação artificial da população, concludada, na verdade, para atender a interesses da classe dominante

Mais de 20 anos após a última tentativa de emancipação do Triângulo ressurge, pela décima vez, em 1987, mais uma campanha pró-emancipação nas cidades de Patrocínio e Frutal, em que, nesta última, o prefeito, indignado com a desistência da visita do governador por ocasião do aniversário de Frutal, lança de novo a idéia da emancipação

Logo em seguida, em Patrocínio, foi realizada uma primeira reunião com políticos da região, tornando conhecida a intenção do deputado constituinte Francisco Humberto de Freitas Azevedo de inscriir na Nova Carta Constitucional uma emenda visando à criação de novos estados, a partir de um projeto apresentado pelo respectivo deputado, sob o respaldo do prefeito de Frutal e de mais 50 Câmaras de Vereadores do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Oeste de Minas, à subcomissão dos estados na Assembléia Nacional Constituinte de 1988

O projeto obteve parecer favorável do relator da subcomissão, deputado Siqueira Campos, e, posteriormente, foi aprovado em várias instâncias no fórum das discussões constituintes. Em nível regional, foi criada uma Coordenação-Geral para a criação do Estado do Triângulo - CET e, os motivos dessa campanha estão explícitos nos dez pontos apresentados abaixo (PANNÚNZIO, 1987, p. 2):

- 1- O movimento para a criação do Estado do Triângulo não é contestatório, nem reivindicatório. De Minas Gerais ninguém contesta, nem reclama, nem pede, nem espera mais nada. Esta é uma campanha emancipacionista, de libertação, a luta por uma carta de alforria político-administrativa;
- 2- A intenção de emancipar existe desde 1831. São 156 anos de luta. Esta é a décima campanha, a mais ampla, mais popular, mais abrangente;
- 3- Há um evidente e disseminado sentimento de maioria política entre os triangulinos e este sentimento é irreversível. No cenário político somos astros de luz própria;
- 4- Temos um perfil cultural próprio. Somos orgulhosos descendentes de valorosos índios caiapós e araxás e de negros rebeldes refugiados no Tengó-Tengó. Há jesuítas, cmoabas e bandeirantes povoando as sesmarias adjacentes à Picada de Goiás. É esta identidade que traz unidos todos os triangulinos em torno da urgência de se criar o Estado do Triângulo;
- 5- Os maiores fatores de integração desta grande área são sua homogeneidade fisiográfica e socioeconômica. Deles decorrem três características marcantes do povo triangulino - sua vocação para o desafio, a coragem de ousar e o gosto pelo moderno;
- 6- O triangulino não cultiva a mineiridade. Esta região tem sido ponto de apoio estratégico das grandes rotas nacionais. Deste processo de acumulação gerado pelo permanente convívio assimilamos um comportamento cosmopolita, universal. Somos todos forasteiros, bem-vindos e integrados;

- 7- Sabemos na pele, pelo sofrimento destes 171 anos de dependência de Minas Gerais, que o gigantismo territorial é responsável pela precariedade de ação do governo. Só a descentralização administrativa pode gerar desenvolvimento e progresso;
- 8- A redivisão territorial obedece à ordem natural das coisas. De capitânias hereditárias a províncias, de províncias a grandes estados. Ninguém está mutilando Minas Gerais. Estamos enriquecendo o Brasil. A redivisão territorial não fere a matemática administrativa da Nação;
- 9- Queremos que prevaleça o respeito ao princípio da autodeterminação dos povos, conforme preconiza a Carta da ONU, de 24/10/70 - *...de igualdade e autodeterminação entre si.* ; e
- 10- ESTADO DO TRIÂNGULO - 202
577 assinantes colhidos em quarenta dias espontaneamente, aleatoriamente - uma prova incontestada da vontade popular, 25% do colégio eleitoral da área emancipada ESTADO DO TRIÂNGULO uma questão de soberania do povo triangulino”

Nesse período, foi organizada uma expressiva campanha, empreendida novamente pelos meios de comunicação, com publicidade em quase todo o Estado de Minas Gerais, com o objetivo de atrair a opinião pública para a questão. Foi criada também uma bandeira do futuro estado, bem como foi elaborado um mapa contendo os limites territoriais e os 74 municípios que compreenderiam o Triângulo, uma área de 133 mil km² e uma população aproximada de dois milhões de pessoas (Figura 4)

De acordo com Souza (1991), o movimento de 1987 foi econômico e politicamente diferente dos anteriores, uma vez que as principais justificativas para a criação do estado, colocadas pelos promotores do movimento, baseavam-se em fatos como: o não prejuízo político e muito menos econômico para Minas Gerais (pela reduzida participação da região na economia mineira, apenas 15% do PIB); a auto-sustentação da região, em razão da infra-estrutura econômica e de

recursos humanos e naturais de que a mesma dispõe; o interesse dos demais estados do Brasil com relação a um possível fortalecimento da Federação; e as bases histórica, cultural, social e produtiva própria

Essa proposta de emancipação do Triângulo foi derrotada na Câmara dos Deputados em 26 de abril de 1989, depois da elaboração de um projeto que continha mais de 200 mil assinaturas a favor da emancipação e com parecer favorável do relator Renato Bernardi (PMDB-PR), aprovado pela Comissão de Justiça da Câmara. Naquele momento, já estava prevista a realização de um plebiscito na região, pois o mesmo tinha sido aprovado no anteprojeto de Lei da Comissão de Divisão Territorial.

Mesmo assim, o movimento ainda conseguiu manter-se até a campanha eleitoral de 1990, pois as lideranças políticas emancipacionistas se organizaram e se filiaram ao Partido Social Trabalhista - PST¹¹. A UDET chegou a lançar um candidato a governador do Estado de Minas Gerais, mas, em seus discursos, conclama a população para lutar pela causa da emancipação, com expressões tais como *O povo desta terra é dono de seu nariz* (comparando o mapa de Minas Gerais ao perfil humano). Entretanto, todas as tentativas foram em vão, pois a maioria dos políticos emancipacionistas não se elegeram e, mais uma vez, o movimento foi perdendo força nos meios de comunicação, na fala das pessoas, etc., alguns meses após as eleições.

A campanha emancipacionista dos anos de 1980 talvez tenha sido a de maior organização e importância ao longo da história da região. Contudo, não concretizou seu objetivo principal, mas se os seus promotores tivessem organizado debates e esclarecimentos à população para garantir que as diferentes correntes políticas existentes na região pudessem expor com clareza as vantagens de criação do novo estado, mesmo existindo um grande esforço contrário de muitas lideranças mineiras, o Estado do Triângulo talvez já fosse uma realidade. No entanto nada disso foi feito, e, de acordo com Souza (1991, p. 68), apenas “o argumento de que a região é rica e auto-sustentável precisa ser revisto, uma vez que o Estado é o grande financiador do desenvolvimento triangulino”.

¹¹ Esse partido abrigou parte dos candidatos emancipacionistas, inclusive nas propagandas políticas veiculadas nos meios de comunicação, nas quais vinham impressas ao lado da sigla PST as palavras *Pela Separação do Triângulo - PST*

E mais, as várias correntes de oposição ao movimento sustentaram a idéia de que os objetivos dessa proposta tenham sido como sempre foram, isto é, reivindicatórios de privilégios de uma burguesia regional decadente, que se encontrava ameaçada na apropriação dos recursos e riquezas da região. Ou, ainda, que esse movimento tenha preconizado seu caráter eleitoral, tanto para distribuição de cargos em Minas Gerais como no Triângulo Mineiro

Ao final, há que ser ressaltado que os movimentos separatistas e/ou emancipacionistas deixaram importantes marcas impressas na história do Triângulo Mineiro, e, se não foi possível atingir o objetivo central de emancipação da região, conseguiu atrair para si melhorias significativas e principalmente incluí-la no cenário nacional como uma região rica, mas que sempre dependeu do contexto político-econômico estadual e nacional. Suas lutas separatistas e/ou emancipacionistas foram em sua maioria de caráter reivindicatório ou ocasionadas por crises político-econômicas locais e regionais e, primordialmente, sustentadas pelas elites regionais em sua deliberada capacidade de manipulação da população, e segundo Souza (1991, p. 71) "um intrigante silêncio sempre se seguiu a tais investidas..."

Todavia, é preciso salientar que o objetivo emancipacionista, bem como a estrutura montada, principalmente na última campanha, encontra-se ainda viva nos corações e mentes de seus principais interlocutores, e, assim, a qualquer fato novo certamente será reiniciado um novo movimento.

Conclusão

Verifica-se nos anos de 1990 um deslocamento da esfera reivindicativa da emancipação para uma estratégia que procura implementar novas atividades econômicas e, ao mesmo tempo, dotar suas principais cidades, especialmente Uberlândia e Uberaba, de equipamentos e infra-estrutura necessários à criação de uma imagem de modernidade, fortemente atrelada aos altos índices de qualidade de vida. Esses fatores têm acentuado o papel de destaque dessa região no contexto do Estado de Minas Gerais e do País. Nesse sentido, há um grande

empenho das elites regionais de instrumentalizar a implantação de indústrias de alta tecnologia, bem como a do turismo, atividades mais importantes dessa fase da globalização.

O turismo, a grande indústria do mundo contemporâneo, também tem sido instrumentalizado pelas elites regionais como mais uma nova oportunidade de inserção da região no contexto nacional. A construção de usinas hidrelétricas na região - nos rios Paranaíba, Grande e Araguari - gerou vários lagos que passaram a significar a possibilidade de uso turístico, especialmente para pesca, esportes e recreação, e aí estão sendo construídos condomínios fechados, hotéis, restaurantes e áreas de lazer. Vários municípios já conseguiram o certificado de potencialidade turística emitido pela EMBRATUR, sendo que em alguns casos o que existe é uma potencialidade forjada, enquanto, em outros, realmente ocorrem possibilidades de desenvolvimento turístico a partir das potencialidades locais e regionais.

Ao mesmo tempo, os políticos e empresários de Uberlândia e Uberaba, tomando conhecimento de uma nova estrutura espacial-produtiva vinculada à alta tecnologia, iniciaram, nos anos de 1990, projetos para a implementação de pólos tecnológicos, vinculados à produção agroindustrial, nascidos nos escritórios dos administradores, entretanto, enfrentam o desafio de criar condições para sua viabilidade.

Ao final desse trabalho, deve ser ressaltado o caráter regionalista das elites políticas de Uberlândia que, aspirando consolidar sua hegemonia na região, criaram uma Secretaria de Desenvolvimento Regional, na qual foi elaborado um programa para o setor agropecuário regional, denominado Plano Diretor Regional - PLADIR, que pretende contar com a participação das 11 microrregiões que compõem o Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e noroeste de Minas.

Este plano, que abrange principalmente o produtor rural, tem, segundo seus interlocutores, *um forte apelo municipalista no sentido de multiplicar a produção, otimizar a qualidade, bater-se recordes de produtividade* na agricultura e pecuária do cerrado. Ele apresenta, como principal meta, a produção de um diagnóstico regional para levantar as potencialidades e identificar os programas a serem priorizados no aumento da produtividade e da produção agropecuária da região.

O já citado plano está apenas se iniciando, mas, por seu caráter concentrador de decisões nas mãos dos dirigentes uberlandenses, pode se prever que os maiores benefícios e vantagens serão canalizados, prioritariamente, para esta cidade, o que pode levar a pensar que os interesses regionais comportam conflitos internos de poder entre as elites dos diferentes municípios.

Desse modo, as elites regionais do Triângulo Mineiro, com seu caráter bastante conservador, utilizam-se de variáveis modernas, tais como o turismo e

pólos de alta tecnologia, mas, também, de práticas centralizado-as/conservadoras, que podem ser observadas através da implantação de uma Secretaria Municipal, que pretende coordenar o desenvolvimento de 11 microrregiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e noroeste de Minas. Com certeza, essas estratégias são produzidas no sentido de forjar um ideário de modernidade e desenvolvimento, condizentes com este período técnico-científico. Além disso, são essas contradições que marcam a identidade das elites regionais e a sua projeção no contexto nacional.

Referências

- BOBBIO, N ; MATTEUCCI, N ; PASQUINO, G Dicionário de política 3 ed Brasília, DF: Ed da UnB, 1991 2 v
- BRANDÃO, C A. Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria 1989 Dissertação (Mestrado em Economia)-Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989
- BRITO, L N de Política e espaço regional São Paulo: Nobel, 1986 110 p (Coleção espaços)
- CASTRO, I E de Estado e região: considerações sobre o regionalismo Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ, Rio de Janeiro, p 27-47, 1986
- _____. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, c1992 p 219-235 Originalmente apresentado como tese de doutorado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, em 1989
- _____. Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão In: LAVINAS, L ; CARLEIAL, L M da F; NABUCO, M R (Org) Integração, região e regionalismo Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, c1994 p 155-170
- CORRÊA, R L Região: globalização, pluralidade e perspectiva conceitual In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5 , 1994, Curitiba Anais Curitiba: Associação de Geógrafos Brasileiros, 1994 p 215-226
- COSTA, R H da O mito da desterritorialização e as regiões-rede In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5 , 1994, Curitiba Anais Curitiba: Associação de Geógrafos Brasileiros, 1994, p 209-214
- _____. RS: latifúndio e identidade regional Porto Alegre: Mercado Aberto, c1988 98 p Originalmente apresentado como dissertação de mestrado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1986
- DANIEL, C Poder local no Brasil urbano Espaço e Debates: revista de estudo regionais e urbanos, do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU, São Paulo, v. 8, n 24, p 26-39, 1988
- DELLE DONNE, M Teorias sobre a cidade São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Edições 70, 1983 255 p (Arte de Comunicação, 20)

O ESTADO do Triângulo Uberlândia: Coordenação para Criação do Estado do Triângulo, 1987 18 p Mimeografado

GEDDES, P Cidades em evolução Campinas: Papirus, 1994 274 p (Ofício de arte e forma)

GOMIDE, L R S Triângulo Mineiro: história e emancipação - um estudo sob a perspectiva da história Cadernos de História, Uberlândia, v. 4, n. 4, p. 36-45, jan 1993

GUIMARÃES, E N Infraestrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão interregional do trabalho 1990 Dissertação (Mestrado)-Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990

JULGADOS do desembocque e Araxá In: BRANDÃO, C A Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria 1989. p. 24 Dissertação (Mestrado em Economia)-Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989 Adaptação

PANNÚZIO, V Criação do Triângulo Mineiro Uberlândia, 1987 Mimeografado

SAMPAIO, R C Migrações internas no Triângulo Mineiro: análise demográfica e econômica, 1960-1970 1986 Dissertação (Mestrado)-Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

SENNA, N C Infra-estrutura urbana das principais cidades do Triângulo Mineiro em 1920 In: BRANDÃO, C A Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria 1989 p. 99 Dissertação (Mestrado em Economia)-Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989

SOARES, B R Uberlândia: da cidade Jardim ao Portal do Cerrado: imagens e representações no Triângulo Mineiro 1995 357 p Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995

SOUZA, C V de Triângulo Mineiro: regionalização e emancipação: uma análise preliminar 1991 Dissertação (Mestrado)-Departamento de Geologia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1991

SOUZA, M A de A "explosão" do território: falência da região? Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 85-98, abr 1993

TEIXEIRA, T Bandeirantes e pioneiros do Brasil central: história da criação do município de Uberlândia Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970